



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1. Contexto operacional

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI-SP é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, organizada e administrada pela Confederação Nacional da Indústria, criada através do Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, com a finalidade de realizar, em escolas instaladas e mantidas pela entidade, ou sob forma de cooperação, a aprendizagem industrial; assistir aos empregadores na elaboração e execução de programas gerais de treinamento; proporcionar aos trabalhadores a oportunidade de completar a formação profissional parcialmente adquirida no local de trabalho; conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento ao pessoal das empresas contribuintes; e cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para a indústria e atividades assemelhadas.

O SENAI, por ser uma entidade de assistência social sem fins lucrativos, criada por lei e com caráter paraestatal (serviço social autônomo), é imune à maioria dos impostos sobre patrimônio, renda e serviços vinculados às suas atividades finalísticas de educação e tecnologia. A imunidade abrange impostos federais, estaduais e municipais, bem como as contribuições patronais do INSS e PIS, do FAP/RAT e da COFINS, baseada no Art. 150 da Constituição Federal que lhe confere ampla isenção fiscal, garantida pela Lei nº 2.613/1955, que isenta os serviços e bens do SENAI, como se fossem da própria União.

No decorrer do exercício de 2025, foi efetuada a reavaliação dos prazos de liquidez das aplicações financeiras anteriormente registradas. Em 2024, alguns investimentos haviam sido classificados como curto prazo, conforme a expectativa de realização vigente à época. Entretanto, após análise atualizada em 2025, verificou-se que parte desses recursos passou a apresentar prazo de vencimento superior a 12 meses, enquadrando-se, assim, na definição de ativo financeiro de longo prazo, conforme os critérios das práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base de preparação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da entidade estão elaboradas e apresentadas em consonância aos dispositivos da Lei nº 4.320/64, às Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (NBC TSP) e as normas de contabilidade pública emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (MCASP), na condição de órgão central do sistema de contabilidade federal, aplicáveis aos serviços sociais autônomos, no que couber, e seguindo as peculiaridades do Plano de Contas e da padronização contábil do Sistema Indústria.

Essas demonstrações compreendem:

- **Balanco Patrimonial** – apresenta os saldos das contas patrimoniais na data do levantamento do balanço em 31 de dezembro de 2025, comparado com o exercício anterior.
- **Balanco Orçamentário** – demonstra as despesas e receitas orçamentárias orçadas e realizadas no exercício de 2025.
- **Balanco Financeiro** – demonstra os recursos obtidos e aplicados durante o exercício de 2025 com ênfase na variação das contas do disponível, comparado com o exercício anterior
- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – demonstra a apuração do superávit do exercício de 2025, comparado com o exercício anterior.
- **Demonstração do Fluxo de Caixa** – demonstra a origem e aplicação dos recursos financeiros no exercício de 2025, comparado com o exercício anterior.
- **Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido** – demonstra a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido durante o exercício social.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

- **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis** – contêm informações complementares ou suplementares àquelas evidenciadas nas referidas demonstrações, bem como critérios utilizados em sua elaboração e outras informações relevantes.

3. Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do SENAI no processo de aplicação das políticas contábeis que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas para a determinação da vida útil de ativo imobilizado e provisões necessárias para passivos contingência e benefícios pós-empregos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são apresentadas nas seguintes notas explicativas:

. Imobilizado – Nota 5.6

Em relação a vida útil do ativo imobilizado a depreciação considera a melhor estimativa da administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico pode requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

Em relação à perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*), a Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

. Provisão para contingências – Notas 5.7 e 5.8

O SENAI-SP registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

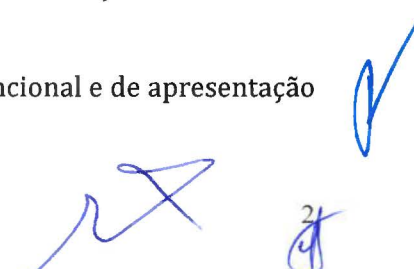
A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O SENAI revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da instituição em 11 de março de 2026.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO**

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

5. Resumo das Principais práticas e políticas contábeis, utilizadas nos Balanços:

Balanco Patrimonial

5.1 Ativo Circulante - Disponível

Os valores apresentados no Ativo Circulante como Caixa e Equivalentes de Caixa, foram classificados como "Sem restrição" e "Com restrição", em prol de acordo efetuado em nível nacional pela CNI com a CGU, a fim de demonstrar os valores que estão vinculados a projetos ou garantias contratuais, daqueles que de fato, são de livre utilização.

As classificações das Disponibilidades, entre as alíneas de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras, seguem os critérios:

- Caixa e Equivalentes de Caixa: investimentos de curto prazo, alta liquidez, conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.
- Aplicações Financeiras de Curto Prazo: realizáveis até 12 meses após a data do balanço.
- Aplicações Financeiras de Longo Prazo: realizáveis após 12 meses da data do balanço – transferidos para o Ativo não Circulante / Aplicações Financeiras.

Os valores de Aplicações Financeiras, tiveram movimentação de saldo para o Ativo não circulante em razão da necessidade de adequação ao Fluxo de Caixa plurianual, que conta com contratos de longo prazo, como obras em andamento já contratadas.

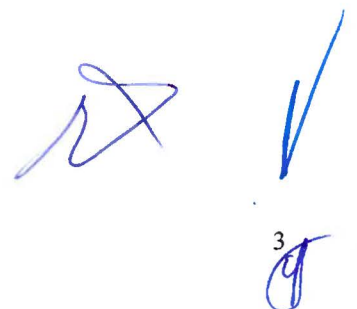
A Administração adota uma política de investimento conservadora, concentrando seus instrumentos financeiros em títulos soberanos e instituições federais para garantir baixo risco de crédito. A carteira é revisada periodicamente com base em critérios de liquidez, mercado e necessidades operacionais, garantindo compatibilidade com o planejamento orçamentário e fluxo de caixa plurianuais e, de acordo com o requerido pelas normas contábeis vigentes.

Na gestão das aplicações financeiras, prioriza a preservação do capital, a manutenção de níveis adequados de liquidez e a diversificação de contrapartes financeiras. A carteira é monitorada continuamente quanto aos riscos de crédito, liquidez e mercado, mantendo compatibilidade com o planejamento financeiro, os regulamentos e as necessidades operacionais das entidades.

As aplicações financeiras são reconhecidas inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas de acordo com sua natureza e classificação, mantendo-se registradas a valor justo, quando mensuradas a valor de mercado, ou ao custo acrescido dos rendimentos auferidos, quando não houver mercado ativo.

A entidade revisa periodicamente a classificação das aplicações financeiras, considerando, entre outros fatores, o prazo contratual, a expectativa de realização, as características dos instrumentos financeiros e as necessidades operacionais, exercendo julgamento conforme requerido pelas normas contábeis aplicáveis.

Em 2025, as receitas provenientes das aplicações financeiras apresentaram desempenho superior ao observado em 2024, refletindo o ambiente de juros mais elevados ao longo do exercício. Em 2024, a taxa SELIC apresentou trajetória de redução até meados do ano, atingindo o patamar de 10,50% a.a., seguida de reversão gradual, encerrando o exercício em 12,25% a.a.



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Ainda em 2025, observou-se ciclo de elevação da taxa básica de juros, que atingiu 15,00% a.a. a partir de junho e permaneceu nesse nível até o encerramento do exercício, impactando positivamente a rentabilidade dos investimentos financeiros da Entidade, majoritariamente indexados ao CDI. Nesse contexto, as aplicações registraram retorno médio equivalente a 100,1% desse indicador.

Segregam ainda, os recursos sem restrição daqueles com restrição de uso, ou seja, aqueles que têm destinação exclusiva, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	31/12/2025		
	Sem Restrição	Com Restrição	Total
Banco C/ Movimento	101.407,58	-	101.407,58
Aplicações Financeiras	1.616.985.989,72	169.758.175,24	1.786.744.164,96
Total	1.617.087.397,30	169.758.175,24	1.786.845.572,54

Descrição	31/12/2024		
	Sem Restrição	Com Restrição	Total
Banco C/ Movimento	180.475,95	-	180.475,95
Aplicações Financeiras	1.565.474.373,60	131.155.018,34	1.696.629.391,94
Total	1.565.654.849,55	131.155.018,34	1.696.809.867,89

Composição	31/12/2025	31/12/2024 Reclassificado
CIRCULANTE	1.786.845.572,54	1.696.809.867,89
Sem Restrição	1.617.087.397,29	1.565.654.849,55
. Caixa	66.291,65	70.614,60
. Bancos Contas Movimento	12.565,20	61.659,91
. Fundos de Investimentos Liquidez Imediata	1.418.488,70	2.753.166,09
. Aplicações de Curto Prazo	911.683.324,44	948.644.146,44
. CDBs - Certificados de Depósitos Bancários	703.906.727,30	614.125.262,51
Com Restrição	169.758.175,25	131.155.018,34
. Bancos Conta de Convênios e Acordos	36.565.965,98	17.870.999,25
. Poupança-caução Fornecedores	7.479.399,86	3.695.217,17
. Título Público Federal - LFT (INDUSPREV)	125.712.809,41	109.588.801,92

Recursos sem restrição: atendem aos critérios de equivalentes de caixa, por apresentarem liquidez imediata, possibilidade de resgate sem perda relevante de rendimento e risco insignificante de valor, pois mantêm políticas de investimentos conservadoras, compatíveis com recursos utilizados para gestão de caixa.

- Os saldos de Caixa (diluídos entre as diversas unidades para pequenas despesas) e os Equivalentes de Caixa – Bancos conta movimento são utilizados na gestão centralizada de recebimentos e pagamentos do SENAI-SP e destinam-se à execução e manutenção das atividades diárias da entidade.
- As Aplicações financeiras, mantidas junto ao Banco do Brasil S/A e à Caixa Econômica Federal, são compostas por Fundos de Investimentos exclusivos com liquidez diária. Esses fundos são formados por

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

títulos privados emitidos pelo Banco do Brasil S/A e pela Caixa Econômica Federal, além de Títulos Públicos Federais, sendo mensurados pelo valor justo, quando couber.

- c) Os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) são exclusivos do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e podem ser resgatados integralmente, sem carência ou deságio, garantindo acesso imediato aos valores.

Recursos com restrição: classificados em Bancos Contas de Convênios e Acordos, que referem-se a valores compromissados, que tem utilização restrita e acordada em instrumentos judiciais específicos:

- a) Os valores registrados nas Contas Convênios e Acordos, estão condicionadas à execução de projetos como: TI4E Potencialize, Embrapii, Rota 2030, Seleção Pública MCTI/FINEP/FNDCT, Fundação Globalgiving, Shell PD&I e Infraestrutura, Programas Hackers do Bem, Smart Factory, Procel Siismart, entre outros, cujo saldo dos fomentos estão configurados no Passivo Circulante (item 5.7).
- b) Já os recursos nas Contas Poupança-caução, correspondem a depósitos realizados por empresas, originários de garantias contratuais.
- c) Os Títulos Públicos Federais – Letras Financeiras do Tesouro (LFT), foram vinculados como garantia no Contrato de Confissão de Dívida firmado entre a Patrocinadora (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI) e a Entidade Fechada de Previdência Complementar (Multibra Fundo de Pensão), podendo ser imediatamente convertido em dinheiro e substituído por outra garantia, conforme estabelecido no referido contrato de garantia (maiores informações no item 6).

5.2 Ativo Circulante – Créditos a Receber

Composição	2025	2024
Cientes (a)	154.403.764,77	191.716.209,90
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (b)	(21.680.008,92)	(18.345.725,30)
Adiantamento a Empregado (c)	25.182.811,75	15.315.549,65
Adiantamentos Concedidos	9.996,32	37.920,72
Sistema Industria Conta Movimento <i>Encontro de Contas entre Dep. Nacional/DR-SP (Olimpíadas do Conhecimento em 2024)</i>	709.052,21	1.580.212,48
Receitas a Receber <i>Receitas de Contribuições das indústrias via INSS, referente ao 13º salário e mês de dezembro/2025 a ser creditado em janeiro/2026.</i>	113.682.722,48	102.734.796,85
Convênio Arrecadação Direta (d) <i>Notificações de débitos às empresas inadimplentes</i>	13.918.600,21	8.061.792,52
Contas Correntes Ativas <i>Salário Maternidade e Salário Família via INSS</i>	1.033.708,16	1.033.708,16
Impostos a recuperar (e)	1.339.697.589,04	-
Subtotal	1.586.237.193,73	213.153.796,85
Total Créditos a Receber	1.626.958.236,02	302.134.464,98

(a) O saldo de Cientes está composto conforme demonstrativo abaixo:

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Clientes (a)		
Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Vencidos	37.409.048,89	45.752.644,03
Vencido até 30 dias	2.572.927,92	13.206.567,28
Vencido de 31 a 60 dias	3.482.671,76	5.285.410,02
Vencido de 61 a 90 dias	2.557.038,05	3.087.621,40
Vencido de 91 a 120 dias	2.361.799,94	2.262.208,54
Vencido de 121 a 180 dias	4.226.230,88	3.680.858,76
Vencido de 181 a 360 dias	11.726.592,96	8.747.444,22
Vencido acima de 360 dias	10.481.787,38	9.482.533,81
A vencer	116.994.715,88	145.963.565,87
A vencer de 0 a 30 dias	23.101.850,49	33.371.798,94
A vencer de 31 a 60 dias	7.823.204,06	6.839.833,86
A vencer de 61 a 90 dias	5.126.168,78	5.007.940,73
A vencer de 91 a 120 dias	2.811.648,51	3.574.631,74
A vencer de 121 a 180 dias	4.157.949,47	4.174.204,64
A vencer de 181 a 360 dias	16.422.069,09	27.332.078,95
A vencer acima de 361 dias	57.551.825,48	65.663.077,01
Total Clientes	154.403.764,77	191.716.209,90

- (b) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, apresentada como saldo redutor de Clientes, constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos valores a receber, foi constituída a partir da análise dos títulos recebíveis em atraso, relativos à Prestação de Serviços Educacionais, Técnicos e Tecnológicos.

O saldo da provisão em 31/12/2025 soma R\$ 21.680.008,92, e inclui títulos vencidos há mais de 180 dias e com risco pulverizado em diversos clientes, em sua maioria, pessoas físicas e serão baixados somente após esgotadas todas as tentativas de cobrança.

As variações na provisão para créditos de liquidação duvidosa são as seguintes:

	2025	2024
Saldo inicial	18.345.725,30	20.076.026,09
(+) adição	8.193.779,28	5.016.776,07
(-) reversão	(4.859.495,66)	(6.747.076,86)
Saldo final	21.680.008,92	18.345.725,30

- (c) O adiantamento aos funcionários em férias no mês de janeiro, cujo pagamento é realizado antecipadamente em dezembro, conforme legislação vigente, aumentou em relação ao ano anterior, devido a maior incidência de funcionários de férias neste período.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

- (d) O Convênio de Arrecadação Direta é firmado entre o SENAI e a empresa contribuinte, por meio de guia própria, no qual o valor é creditado diretamente em nossa conta, sem a intermediação da Receita Federal do Brasil. Com a celebração desse Convênio, o SENAI oferece a retenção de 3,5% sobre a contribuição mensal de 1% da Folha de Pagamentos das empresas signatárias, que ficam obrigadas a prestar contas à Entidade, na utilização de capacitação de seus funcionários.

Em 31/12/2025, as notas de débitos ainda pendentes de pagamento na esfera extrajudicial, somaram R\$ 13.918.600,21 e, se não forem liquidados no prazo de até 90 dias, serão transferidos para o Ativo Não Circulante - Receitas a Receber e encaminhados à Gerência Sênior Jurídica para as providências judiciais.

- (e) Os impostos a recuperar se referem aos Precatórios a receber, oriundos da ação judicial que discutia a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigasse o SENAI-SP a recolher as contribuições para a seguridade social previstas no artigo 22, incisos I, II e III da Lei nº 8.212/91 (Patronal e SAT) e a Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, bem como a repetição do indébito fiscal acrescidos ainda dos honorários sucumbenciais, que teve o trânsito em julgado em agosto/2023 quando tornam-se definitivas as decisões prolatadas e, em setembro/2024 houve a concordância pela PGFN quanto aos valores devidos, critérios de liquidação e o alcance da decisão nos últimos 5 anos de contribuição, abrangendo assim o período de maio/2013 a fevereiro/2020, com a determinação à administração pública para expedição de precatórios em favor do SENAI em 03/09/2024, neste caso, por meio de títulos precatórios, com previsão para pagamento no exercício de 2026, motivo pelo qual foi transferido do Ativo Não Circulante, para o Ativo Circulante neste exercício de 2025.

5.3 Estoques

Composição	2025	2024
Estoques		
- Almojarifado Central e Unidades	38.025.002,46	41.037.257,14
- Estoques de Livros p/ Consumo	5.736.790,46	6.459.198,12
- Estoque p/ Revenda	1.051.041,86	1.105.921,21
- Publicações em Produção	547.630,51	468.384,58
Total	45.360.465,29	49.070.761,05

Os estoques mantidos pelo SENAI-SP são compostos por materiais destinados ao consumo próprio das unidades escolares em seus laboratórios, oficinas de aprendizagem e expedientes administrativos, material didático, publicações produzidas e em elaboração pela Editora SENAI-SP e projetos didáticos produzidos pelas Escolas SENAI de Produção, avaliados ao custo médio de aquisição, que não supera o valor de reposição.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

5.4 Ativo Circulante – Valores a Apropriar

Composição	2025	2024
Valores a apropriar	31.186.405,19	23.872.225,85
- Clientes a faturar de serviços Educacionais e Tecnológicos (a)	30.641.803,51	23.608.779,74
- Adiantamentos funcionários em férias ou licença a ser descontados em mês seguinte ou quando retornar da licença	185.309,73	172.224,96
- Outros créditos a regularizar em 2025	359.291,95	91.221,15
Outros valores a apropriar	6.849.379,85	6.843.119,95
- Prêmios de seguro a vencer (pró-rata até o vencimento da apólice) (b)	1.103.988,71	1.530.986,13
- Vales refeição/alimentação e	5.541.753,82	5.103.993,19
- Vale transporte a distribuir	203.637,32	208.140,63
Total	38.035.785,04	30.715.345,80

(a) O saldo de clientes a faturar, decorrem, normalmente, dos serviços e cursos que tem o custo mais elevado e desta forma concedemos maior prazo para pagamento, a fim de viabilizar o crescimento pessoal e profissional dos nossos clientes, que é um dos objetivos da entidade, no âmbito da educação profissionalizante.

(b) Compõem “Outros valores a apropriar”, os prêmios de seguros a vencer no ano de 2026, prazo restante da vigência da apólice de seguros de bens móveis, imóveis e mercadorias em estoque, nas modalidades de riscos nomeados (incêndio, roubo/furto qualificado, responsabilidade civil, etc.), automóveis, acidentes pessoais coletivos para alunos, estagiários, entre outros, conforme valor total contratado, demonstrado abaixo:

Seguros	2025		2024	
	Importância Segurada R\$	Prêmio de Seguro R\$	Importância Segurada R\$	Prêmio de Seguro R\$
Bens Imóveis	3.880.107.506,49	1.190.900,00	2.834.032.404,07	1.671.641,62
Bens Móveis	822.683.784,09		627.387.729,83	
Mercadorias	2.824.107,00		7.137.346,75	
Riscos Diversos	77.564.014,77		42.022.931,58	
Acidentes Pessoais Coletivo	93.600.000,00		93.600.000,00	
Total	4.876.779.412,35		3.604.180.412,23	

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

5.5 Ativo Não Circulante

Realizável a Longo Prazo

Composição	2025	2024
Fundo de Reserva Financeira <i>Resolução 524/2012, do Conselho Nacional do SENAI (a)</i>	2.513.390,67	2.033.206,16
Depósitos para Recursos Judiciais . <i>Precatórios a Receber - isenção INSS/PIS (b)</i>	42.683.713,80	1.288.028.454,49
. <i>Depósitos recursais, trabalhistas e cíveis (c)</i>	-	1.240.367.083,13
. <i>Depósitos recursais, trabalhistas e cíveis (c)</i>	42.683.713,80	47.661.371,36
Receitas a Receber (d) <i>Cobrança Judicial (Contribuição Direta das Indústrias)</i>	151.369.891,22	123.970.241,61
Total	196.566.995,69	1.414.031.902,26

(a) O Fundo de Reserva constituído pelo Conselho Nacional do SENAI tem a finalidade de atender às solicitações dos Departamentos Regionais prioritariamente para implementação de projetos relacionados preferencialmente a reorganização administrativa ou a melhoria no processo de gestão, mediante parecer da Comissão Administradora. Os recursos são provenientes de aportes anuais do Departamento Nacional-DN e contribuição mensal relativa a 1 dia de aplicação em caderneta de poupança sobre a Receita de Contribuição Indireta dos Departamentos Regionais-DR. A cota parte do DR-SP está devidamente atualizada com os índices de aplicação financeira do Fundo de Investimentos próprio mantido pelo DN junto ao Banco do Brasil.

(b) Os Precatórios a receber, referem-se a ação judicial que discutia a inexistência de relação jurídico-tributária, que obrigasse o SENAI-SP a recolher as contribuições para a seguridade social previstas no artigo 22, incisos I, II e III da Lei nº 8.212/91 (Patronal e SAT) e a Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, bem como a repetição do indébito fiscal, que teve o trânsito em julgado em agosto/2023 quando tornam-se definitivas as decisões prolatadas e, em setembro/2024 houve a concordância pela PGFN quanto aos valores devidos, critérios de liquidação e o alcance da decisão nos últimos 5 anos de contribuição, abrangendo assim o período de maio/2013 a fevereiro/2020, com a determinação à administração pública, em 03/09/2024, para expedição de pagamento em favor do SENAI, que neste caso, ocorreu por meio da emissão de títulos precatórios.

Diante desta determinação, foi reconhecido patrimonialmente no exercício de 2024, no ativo não circulante, o valor total de R\$ 1.240.367.083,13 em contrapartida à Outras receitas/Recuperação de Despesas no valor nominal de R\$ 737.832.422,62, acrescido da devida atualização monetária calculada pela SELIC, em Receitas Financeiras, no montante de R\$ 502.534.660,51, com previsão de recebimento dos precatórios corrigidos monetariamente, no exercício de 2026, razão pela qual o saldo foi transferido para o Ativo Circulante em 2025.

(c) Os depósitos para Recursos Judiciais estão registrados em valores nominais, uma vez que para a contabilidade, se não for possível determinar, em bases confiáveis, o valor que será recebido, ele não deve ser reconhecido como receita e estarão em conformidade com o princípio da prudência, se diante de alternativas igualmente válidas, o ativo estiver sendo estimado pelo menor valor.

Enquanto perdurar a pendência judicial, os rendimentos produzidos por depósitos judiciais sujeitam-se à condição suspensiva, não cabendo, pois, a sua apropriação como receita, o que deverá ocorrer somente por ocasião da solução da lide ou desistência da ação proposta no Poder Judiciário. De igual forma, também não cabe a apropriação de encargos (juros) relativa à obrigação correspondente aos valores depositados.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(d) As cobranças judiciais das Notificações de débitos relativas à Contribuição Direta das Indústrias, somaram R\$ 151.369.891,22 em 2025.

Não são constituídas provisões para perdas, uma vez que há legitimidade tributária da entidade, portanto, temos somente saldo provisionado suficiente para garantir eventuais honorários a serem pagos.

Investimentos

O imóvel da Av. Paulista, 750, que não estava sendo utilizado na operação do SENAI-SP e foi alugado para a Caixa Econômica Federal, teve os valores auferidos na locação revertidos para a manutenção de suas atividades finalísticas (em 2025 = R\$ 24.984.499,32 e em 2024 = R\$ 24.036.237,51, registrados em Receitas Financeiras conforme item 5.10 a).

Considerando a Norma Brasileira contábil aplicada ao Setor Público - NBC TSP 06, tal imóvel foi reclassificado contabilmente como propriedade para investimento. Essa norma, especificamente em seu item 26, prevê o reconhecimento inicial pelo seu valor de custo onde o custo contábil residual após depreciação era de R\$ 83.307.329,24, com a possibilidade de escolher posteriormente a política de manutenção do valor de custo ou a mensuração pelo seu valor justo (conforme itens 39 a 41 da referida norma).

O Senai buscou especialista independente ao final de 2025, visando obter o valor justo estimado do referido imóvel e este emitiu Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica - PTAM, que considerou valores comparativos de outros imóveis na região. O valor justo estimado apurado foi de R\$ 452.000.000,00. Em 2025 o valor de custo foi revertido para registro do valor justo.

O SENAI tem compromisso com o locatário até o exercício de 2028, não havendo quaisquer compromissos de transferência de propriedade até o término do contrato. Eventuais intenções de alienação futura por parte da Administração, poderão resultar na classificação deste ativo para a rubrica "imóveis destinados a venda".

A venda do imóvel, se existir futuramente, deverá ser realizada em condições de mercado e ocorrerão considerando seu valor justo na oportunidade.

Ressaltamos, que para uma possível venda, será de caráter obrigatório considerar o valor obtido no Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica PTAM e suas devidas atualizações anuais a partir deste exercício, além de obter novas avaliações elaboradas por mais três empresas altamente especializadas em imóveis deste porte e localização, bem como passar pelo rito de aprovações para alienações, que consiste além de obter tais laudos imobiliários, submeter aos jurídicos do SENAI-SP e da Confederação Nacional da Indústria – CNI, para emissão de opinião, encaminhar aos Conselho Regional de São Paulo e Conselho Nacional da CNI, para aprovações, além de ser ofertado ao mercado por meio de processo licitatório com ampla divulgação em nosso site e em meios de comunicação de massa, a fim de garantir a isonomia e transparência, em consonância com a NBC TSP 07 que trata deste assunto, Regimento do Senai (artigo 34 h) e ato CSC 02/2010 do Departamento Nacional do Sistema Indústria.



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Demonstramos, abaixo, a movimentação do Imobilizado para Propriedade para investimento referente ao imóvel localizado à Av. Paulista, 750:

Propriedades para Investimentos	2025	2024
No início do exercício	83.307.329,24	85.116.481,05
Adições AVJ (terrenos e prédios)	437.500.560,68	-
Reversão do saldo de propriedade para investimento	(68.807.889,92)	(1.809.151,81)
No final do exercício	452.000.000,00	83.307.329,24

Propriedades para Investimentos	2025	2024		
	Valor Justo	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo residual
Terrenos para Investimentos	14.499.439,32	14.499.439,32	-	14.499.439,32
Terrenos AVJ	148.352.498,35	-	-	-
Prédios para Investimentos	113.319.563,05	113.319.563,05	(44.511.673,13)	68.807.889,92
Prédios AVJ	175.828.499,28	-	-	-
Subtotal	452.000.000,00	127.819.002,37	(44.511.673,13)	83.307.329,24

Outros Créditos e Valores - Aplicações Financeiras

Composição	31/12/2025	31/12/2024 Reclassificado
Sem Restrição		
. CDBs - Certificados de Depósitos Bancários	336.620.499,38	294.078.467,17
Soma	336.620.499,38	294.078.467,17
TOTAL REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	533.287.495,07	1.708.110.369,43

As Aplicações Financeiras neste grupo, referem-se a investimentos em CDBs com vencimentos superiores a 12 meses que, embora possuam possibilidade de resgate sem carência, foram classificados no Ativo Não Circulante, Realizável a Longo Prazo, devido à intencionalidade da Administração em mantê-los até o vencimento.

Esta classificação reflete uma prática contábil vigente e alinhada a estratégia de programação financeira para suportar compromissos de contratos plurianuais da entidade, priorizando a gestão prudencial de caixa.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

5.6 Ativo Não Circulante – Imobilizado

São registrados os bens destinados à manutenção das atividades das entidades, divididos nos subgrupos:

Bens Imóveis (terrenos, prédios, construções em andamento, instalações e benfeitorias em imóveis).

Quadro de Movimentação do Imobilizado, no ano:

Bens Imóveis	2025	2024
No início do exercício	1.406.029.768,82	1.299.586.681,41
Adições	128.189.497,18	140.963.028,86
Baixas	(17.412,60)	(345.768,82)
Depreciação	(33.730.643,94)	(35.983.324,44)
Reclassificação para Investimentos (ajuste)	-	1.809.151,81
No final do exercício	1.500.471.209,46	1.406.029.768,82

Os critérios para incorporação de bens móveis são:

- Ter prazo de vida útil igual ou superior a dois anos de acordo com a Política de Patrimônio do Sistema Indústria, Ato CSC Nº 02/2010;
- Possuir valor de aquisição unitário igual ou superior a R\$ 1.200,00 conforme RIR/2018 – Decreto nº 9.580 de 22/11/2018 e Lei nº 12973/2014, artigo 15 de 13/05/2014;
- Não perder sua identidade física em razão de sua utilização ou aplicação.

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção e a depreciação sobre os bens móveis e imóveis é calculada pelo método de quotas constantes, de acordo com as orientações contidas no Ato CSC nº 02/2010, da CNI e em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP 07 item 78, que revisado anualmente, não apresentou alteração de padrão.

A Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP 09 – Avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público - institui a necessidade de aplicação do teste de impairment para ativos objetivando comprovar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por venda ou uso nas operações.

A Administração revisa anualmente ou a cada biênio o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

No Grupo de Bens Móveis, os Veículos e Unidades Móveis são calculados com base na tabela FIPE ou site de bens usados quando não conste da tabela. Os demais bens Móveis como máquinas e equipamentos diversos, equipamentos de informática, comunicação e esportivos são elaborados em grandes grupos de bens, alternados anualmente, pelos órgãos tecnicamente responsáveis pelo planejamento da infraestrutura do SENAI, com base em sites especializados de bens usados.

No Grupo dos Imóveis, os Prédios e Edificações, tem avaliação elaborada anualmente, por Engenheiros da Gerência Sênior de Obras, pelo seu valor de reconstrução, deduzida a depreciação.

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO**

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Os Terrenos, até então, não apresentavam evidências para aplicação de teste, uma vez que tem seu valor nominal registrado conforme instrumento de Compra e Venda ou Termo de Doação e Escritura Pública, que é comparado com o valor recalculado anualmente nos cadastros municipais do IPTU, que geralmente são reavaliados pelas Prefeituras e se mostram pouco inferiores aos valores de mercado.

Os ativos imobilizados obtidos gratuitamente são considerados pelo valor patrimonial definido nos termos da doação ou cessão.

Recebemos uma escritura de concessão administrativa de uso, outorgada pela Prefeitura do município de São Paulo em 2015, que autoriza pelo prazo de 99 anos, a concessão administrativa de uso da área municipal situada entre as Avenidas Prof. Eng. Ardevan Machado e Miguel Inácio Curi, Distrito de Itaquera, São Paulo, aos outorgantes SESI-SP e SENAI-SP, com a finalidade de instalação de um complexo cultural, composto de centro de cultura e artes, incluindo um teatro com capacidade para 800 lugares e espaços para oferecimento de cursos de formação para crianças e jovens estudantes de ensino fundamental, médio e profissionalizante.

O registro contábil da escritura de concessão administrativa de uso, independente de concorrência, nos termos do disposto no artigo 114, parágrafo 2º da Lei orgânica do município de São Paulo, foi mensurada conforme o valor venal de referência estimado pela Prefeitura de São Paulo de R\$ 258.074.454,00, dividido na proporção de 50%, resultando na incorporação do referido terreno de Itaquera ao patrimônio do SESI-SP e SENAI-SP, no valor de R\$ 129.037.227,00 para cada entidade.

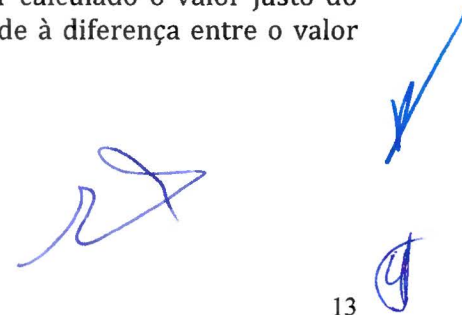
O valor venal do imóvel é uma estimativa de preço realizada pelo Poder Público para a transação de uma propriedade. A estimativa do valor venal é feita pela prefeitura da cidade onde o bem é localizado e em geral são considerados os seguintes critérios: área do terreno ou edificação; valor unitário padrão residencial, com base na Planta Genérica de Valores (PGV) que é um mapa do município que divide as regiões urbanas em áreas em valores determinados; idade do imóvel; posição do imóvel no logradouro; e características construtivas”.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, na maioria das vezes, o valor de venda de um imóvel costuma ser maior do que o valor venal. Além disso, no ramo imobiliário, tal valor serve como base de cálculo do valor de mercado de um imóvel, funcionando como uma espécie de preço mínimo que pode ser cobrado pelo imóvel na venda, muitas vezes ocasionados pelas diferentes estruturas agregadas pela construção e não por alterações no valor do terreno, como é o caso.

Desta forma, procedemos ao registro do terreno com base no valor da escritura recebida em 2015, uma vez que não geraria renda até o término da construção e tampouco poderia ser vendido.

Ocorre que em 22/06/2023, houve a retificação da referida escritura pois a Prefeitura procedeu à revisão dos valores correspondentes às áreas cedidas do terreno, passando o valor venal total para R\$ 16.069.200,34, sendo R\$ 8.034.600,17 para cada entidade, sem redução da metragem cedida que é de 40.674,48m², conforme escritura redigida e lavrada no Livro nº 6597 páginas 299 a 304 no 17º Tabelião de Notas da Capital.

Seguindo pronunciamento técnico contábil “Redução ao Valor Recuperável”, apuradas evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, deverá ser calculado o valor justo do referido ativo. De maneira simplificada, a perda por impairment corresponde à diferença entre o valor contábil e o valor de mercado do ativo, quando o segundo for menor.



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Para determinação do valor recuperável, compatível com a natureza do bem, contratamos profissionais devidamente habilitados para proceder a avaliação mercadológica, obedecendo os critérios de abertura de componentes dos registros contábeis para poder realizar o teste de impairment em todo conjunto de bens imobilizados denominado "Terrenos".

Foi elaborado relatório contendo fotos de cada terreno, de forma a poder comprovar a sua veracidade, foram adotados como padrão a metodologia de avaliação do valor líquido de venda, pelo método comparativo direto de dados de mercado.

Assim, restou assegurado que somente o terreno de Itaquera estava registrado contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, sendo necessário registrar a perda por impairment correspondente à diferença entre o valor contábil e o valor justo, no valor de R\$ 101.184.261,24.

São considerados para fins de incorporação todos os bens imóveis sem restrição de valor e tempo de vida estimado ou ainda aquisições e contratações de serviços de obras que objetivam o acréscimo da área construída, adaptações, recuperações ou adequações nas instalações físicas, desde que agreguem valor na avaliação patrimonial do imóvel.

Bens Móveis (mobiliários, veículos, máquinas, equipamentos de informática, ferramentas e instrumentos de oficina e laboratórios e outros bens móveis).

Os bens móveis da entidade em 31 de dezembro, estão assim constituídos:

Bens Imóveis	2025				
	Custo	Depreciação Acumulada	Redução ao valor recuperável (impairment)	Saldo residual	Taxa Depreciação %
Terrenos	337.943.512,52	-	(101.184.261,24)	236.759.251,28	-
Prédios	1.515.781.595,86	(572.029.006,84)	-	943.752.589,02	2
Prédios Direito de Uso	14.487.595,47	(11.771.171,33)	-	2.716.424,14	25
Obras em Andamento	317.242.945,02	-	-	317.242.945,02	-
Subtotal	2.185.455.648,87	(583.800.178,17)	(101.184.261,24)	1.500.471.209,46	

Bens Imóveis	2024				
	Custo	Depreciação Acumulada	Redução ao valor recuperável (impairment)	Saldo residual	Taxa Depreciação %
Terrenos	337.960.925,12	-	(101.184.261,24)	236.776.663,88	-
Prédios	1.504.969.040,41	(543.729.413,58)	-	961.239.626,83	2
Prédios Direito de Uso	14.487.595,47	(8.149.272,46)	-	6.338.323,01	25
Obras em Andamento	199.866.003,29	-	-	199.866.003,29	-
Reclassificação para Investimentos	-	1.809.151,81	-	1.809.151,81	-
Subtotal	2.057.283.564,29	(550.069.534,23)	(101.184.261,24)	1.406.029.768,82	

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Bens Móveis	2025			Taxa Depreciação %
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Residual	
Mobiliário em Geral	97.353.718,93	(66.000.396,05)	31.353.322,88	10
Discoteca, Fonoteca, Filmoteca e Pinacoteca	586.364,43	(585.417,09)	947,34	10
Instrumentos Musicais	3.168.494,27	(3.162.462,10)	6.032,17	10
Veículos	75.062.013,85	(52.780.006,79)	22.282.007,06	20
Máquinas e Equipamentos em geral	1.206.179.454,61	(838.544.407,60)	367.635.047,01	10
Equipamentos Médicos Cirúrgicos e Odontológicos	1.061.216,08	(679.706,36)	381.509,72	10
Equipamentos de Informática	332.765.317,17	(177.091.351,36)	155.673.965,81	20
Equipamentos Esportivos, Artísticos e de Recreação	55.272,41	(29.343,95)	25.928,46	10
Equipamentos de Comunicação	4.513.149,86	(2.135.552,37)	2.377.597,49	10
Ferramentas e Instrumentos de Oficina e Laboratório	127.860.946,72	(103.487.719,20)	24.373.227,52	10
Utensílios em Geral	502.463,31	(499.564,23)	2.899,08	10
Outros Bens Móveis	8.838.973,77	(6.121.772,79)	2.717.200,98	10
Subtotal	1.857.947.385,41	(1.251.117.699,89)	606.829.685,52	

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Bens Móveis	2024			Taxa Depreciação %
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Residual	
Mobiliário em Geral	87.971.639,45	(64.956.960,06)	23.014.679,39	10
Discoteca, Fonoteca, Filmoteca e Pinacoteca	706.384,62	(705.241,28)	1.143,34	10
Instrumentos Musicais	3.169.040,81	(3.161.177,92)	7.862,89	10
Veículos	62.128.115,91	(51.131.674,14)	10.996.441,77	20
Máquinas e Equipamentos em geral	1.102.466.840,99	(814.541.588,79)	287.925.252,20	10
Equipamentos Médicos Cirúrgicos e Odontológicos	1.035.943,82	(614.587,73)	421.356,09	10
Equipamentos de Informática	264.415.125,30	(172.438.030,40)	91.977.094,90	20
Equipamentos Esportivos, Artísticos e de Recreação	60.654,64	(30.690,31)	29.964,33	10
Equipamentos de Comunicação	3.662.258,70	(2.012.797,70)	1.649.461,00	10
Ferramentas e Instrumentos de Oficina e Laboratório	120.432.435,94	(103.299.997,78)	17.132.438,16	10
Utensílios em Geral	543.890,96	(538.994,88)	4.896,08	10
Outros Bens Móveis	9.018.624,08	(5.992.901,25)	3.025.722,83	10
Subtotal	1.655.610.955,22	(1.219.424.642,24)	436.186.312,98	

Quadro de Movimentação do Imobilizado, no ano:

Bens Móveis	2025	2024
No início do exercício	436.186.312,98	372.671.285,29
Adições	272.052.636,95	145.724.229,43
Baixas	(69.716.206,76)	(30.215.681,47)
Depreciação	(31.693.057,65)	(51.993.520,27)
No final do exercício	606.829.685,52	436.186.312,98

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção e a depreciação sobre os bens móveis e imóveis é calculada pelo método de quotas constantes, de acordo com as orientações contidas no Ato CSC nº 02/2010, da CNI e em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP 07 item 78, que revisado anualmente, não apresentou alteração de padrão.

A Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP 09 - Avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público - institui a necessidade de aplicação do teste de impairment para ativos do setor público, objetivando comprovar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por venda ou uso nas operações.

A Administração revisa anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e, o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

No Grupo de Bens Móveis, os Veículos e Unidades Móveis são calculados com base na tabela FIPE ou site de bens usados quando não conste da tabela. Os demais bens Móveis como máquinas e equipamentos diversos, equipamentos de informática, comunicação e esportivos são elaborados testes em grandes grupos de bens, alternados anualmente, pelos órgãos tecnicamente responsáveis pelo planejamento da infraestrutura do SENAI-SP, com base em sites especializados de bens usados.

No Grupo dos Imóveis, os Prédios e Edificações, tiveram avaliação elaborada em 2025, por Engenheiros da Gerência Sênior de Obras, pelo seu valor de reconstrução.

Os Terrenos tiveram avaliação mercadológica elaborada por profissionais devidamente habilitados, que resultou no ajuste do terreno de Itaquera em 2023. No exercício de 2025, não houve evidências de outras variações, uma vez que os terrenos têm seu valor nominal registrados conforme instrumento de Compra e Venda ou Termo de Doação e Escritura Pública e é comparado com o valor recalculado nos cadastros municipais do IPTU, que geralmente, são reavaliados pelas Prefeituras e se mostram pouco inferiores aos valores de mercado.

5.7 Passivo Circulante – Obrigações a Pagar

Composição	2025	2024
Contas a Pagar	531.940,93	880.592,19
Fornecedores	68.773.427,59	81.674.976,89
Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher <i>IRRF, ISS, Contribuição Sindical, PIS, COFINS e CSLL retidos a recolher</i>	21.663.651,28	20.861.280,87
Salários e Encargos a Pagar	19.386.628,21	17.336.196,47
Férias, 13º Salário e Encargos	102.580.207,04	95.937.172,44
Provisão para Contingências Trabalhistas (a)	40.214.217,90	45.474.898,10
Provisão para Contingências Cíveis e Tributárias	2.489.205,90	2.232.114,59
Provisão para Plano de Previdência Complementar	112.588.006,00	105.419.066,75
Retenções e Depósitos em Garantia <i>Cauções sobre contratos de obras e serviços</i>	10.938.619,25	5.917.930,52

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Composição	2025	2024
Convênios – Arrecadação Direta 15% da Arrecadação a ser repassada ao Departamento Nacional (dez/2023 e 13º salário)	11.776.624,97	18.497.907,12
Sistema Indústria – Conta Movimento <i>Encontro de Contas SENAI com FIESP e SESI</i>	4.243.428,56	4.077.642,18
Convênios e Acordos <i>TI4E, Toyota, Embrapii, Rota 2030, Plataforma Inovação etc.</i> <i>Com recursos registrados no item 5.1 “com restrição”</i>	16.901.667,41	8.749.231,97
Credores Diversos <i>Arrendamento Mercantil e repasse a DRs</i>	2.756.642,18	3.920.114,30
Departamentos Conta Recolhimento <i>Contribuição Adicional a ser repassada ao Dep. Nacional</i>	114.496,76	451.273,12
Recursos a Classificar <i>Depósitos a classificar</i>	4.008.291,04	3.430.727,07
Outras Obrigações - Faturamento Futuro (<i>Recebimentos serviços a realizar</i>) (b) - Consignações em Folha (<i>Seguro Vida e Sindicatos</i>)	34.748.813,93 32.120.193,37 2.628.620,56	34.701.584,70 33.854.060,46 847.524,24
Total Passivo Circulante	453.715.868,95	449.562.709,28

- (a) As provisões de Riscos discriminadas abaixo, se constituem de provisões judiciais de curto prazo, bem como das provisões matemáticas a constituir do Plano de Previdência complementar em decorrência do déficit apresentado no Plano de Previdência Privada, detalhado no item 6 destas Notas explicativas.

Provisões para Riscos Curto Prazo	2025	2024
Provisão para Contingências Trabalhistas	40.214.217,90	45.474.898,10
Provisão para Contingências Cíveis e Tributárias	2.489.205,90	2.232.114,59
Provisão para Plano de Previdência Complementar	112.588.006,00	105.419.066,75
Soma	155.291.429,80	153.126.079,44

- (b) Os valores registrados na linha de Faturamento Futuro, que se referem aos serviços a serem prestados no próximo exercício, nas seguintes modalidades:

	2025	2024
Serviços Técnicos Tecnológicos	13.208.172,21	17.073.512,76
Aprendizagem	2.321.786,54	2.733.619,92
Ensino Técnico	2.955.569,22	2.422.075,43
Ensino Superior	910.400,81	1.351.348,40
Cursos de Formação Continuada	12.525.346,58	10.038.689,82
Outros Serviços Educacionais	198.918,01	234.814,13
Soma	32.120.193,37	33.854.060,46

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

5.8 Passivo Não Circulante – Exigível à Longo Prazo

Composição	2025	2024
Arrendamento Mercantil - Escola de Santos	-	2.716.423,98
Provisão para Contingências Trabalhistas	82.555.134,85	89.893.345,33
Provisão para Contingências Cíveis e Tributárias	56.152.687,24	40.258.360,33
Soma	138.707.822,09	132.868.129,64

O arrendamento mercantil relativo à unidade de Santos não tem previsão de longo prazo, uma vez que o contrato se encerra em 30/09/2026, quando a Unidade própria de Santos será inaugurada.

As provisões são constituídas com base nos valores de reconhecimento para os passivos, com a possibilidade de ajustes quando deixarem de existir os motivos que as originaram. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Os processos judiciais do SENAI-SP em sua maioria estão sob a responsabilidade da Gerência Sênior Jurídica da Entidade, sendo que os advogados são todos contratados nos termos da CLT.

As provisões de perdas prováveis foram constituídas no valor total de **R\$ 122.769.352,75** para os processos trabalhistas (R\$ 40.214.217,90 e R\$ 82.555.134,85) e **R\$ 58.641.893,14** para os processos cíveis/tributários (R\$ 2.489.205,90 e R\$ 56.152.687,24) classificados por ordem de liquidez e divididos entre circulante (curto prazo) e não circulante (longo prazo), respectivamente.

Existem outras demandas cujas perspectivas de perdas foram indicadas como “possíveis” conforme discriminado nas Contas de Compensação (item 5.16).

Total Passivo Circulante e Não Circulante	592.423.691,04	582.430.838,92
--	-----------------------	-----------------------

Demonstração das Variações Patrimoniais

Receitas

As receitas orçamentárias são contabilizadas com base no regime de competência, conforme NBCT SP 02 e totalizam **R\$ 2.562.007.183,62** no exercício de 2025.

5.9 Receitas de Contribuições

Composição	2025	2024
Contribuições Indiretas – Repassado pelo INSS	889.315.318,59	821.411.492,07
Contribuições Diretas – Recolhido pelas Empresas	791.543.509,17	730.995.238,39
Total	1.680.858.827,76	1.552.406.730,46

As receitas de contribuições diretas e indiretas, são registradas pelos valores constantes no Sistema informatizado da Confederação Nacional da Indústria, que correspondem aos valores recolhidos pelas indústrias.

A arrecadação direta realizada representa pouco mais de 47% da arrecadação total realizada. Os valores recebidos em relação ao exercício anterior foram superiores em 9,23%, esse incremento reflete a reposição da inflação e o número de contratos assinados com as empresas que passou de 865 para 898.

Em junho de 2024, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), revogou o limite de 20 salários-mínimos aplicado às contribuições paraíscais. Essa decisão produziu efeitos positivos na arrecadação a partir do segundo semestre de 2024.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Foram fiscalizadas 422 empresas em 2025 contra 406 em 2024, tendo sido identificados desvios de arrecadação por enquadramento equivocado por parte das empresas contribuintes.

Um dos motivadores da manutenção da sistemática de arrecadação direta reside na maior proximidade com as grandes empresas, as quais optam pela utilização dos programas de desenvolvimento profissional do próprio SENAI-SP, para complementação de benefícios a seus colaboradores. Esse fato faz com que parte dos valores retidos pelas empresas sejam devolvidos às Entidades Sociais do Sistema Indústria, por meio da prestação de serviços.

Outro aspecto importante a ser destacado na fiscalização da arrecadação direta, é o fato de que o SENAI-SP consegue orientar as empresas quanto à correta destinação das contribuições, resultando em correção dos desvios de arrecadação provocados por enquadramentos equivocados, o que possibilita a recuperação de receitas através da emissão de notificações de débito, emitidas após a realização de Mandado de Procedimento de Fiscalização e cobrança desses valores.

Quanto aos recolhimentos das indústrias, por meio da arrecadação indireta, o SENAI-SP não recebe, da Receita Federal do Brasil, informações completas sobre cada estabelecimento contribuinte, inexistindo, portanto, maiores detalhamentos acerca dos valores repassados.

5.10 Receitas Financeiras

Composição	2025	2024
Receitas Imobiliárias (<i>Aluguéis</i>) (a)	27.335.963,70	26.384.903,75
Receitas Financeiras	378.771.621,72	700.463.693,24
. <i>Aplicações Financeiras</i> (b)	279.441.115,81	197.929.032,73
. <i>Correção Precatórios a Receber</i> (c)	99.330.505,91	502.534.660,51
Total	406.107.585,42	726.848.596,99

- (a) As Receitas imobiliárias referem-se aos aluguéis, do Imóvel mantido para Investimentos localizado na Av. Paulista, 750, locado para a Caixa Econômica Federal (discriminado no item 5.5) e de bens móveis locados para o SESI, no âmbito do contrato de cooperação técnica entre SENAI e SESI, que rateiam as despesas da área corporativa que atende ambas as unidades.
- (b) Em 2025, as receitas provenientes das aplicações financeiras apresentaram desempenho superior ao observado em 2024, refletindo o ambiente de juros mais elevados ao longo do exercício. Em 2024, a taxa SELIC apresentou trajetória de redução até meados do ano, atingindo o patamar de 10,50% a.a., seguida de reversão gradual, encerrando o exercício em 12,25% a.a. Já em 2025, observou-se ciclo de elevação da taxa básica de juros, que atingiu 15,00% a.a. a partir de junho e permaneceu nesse nível até o encerramento do exercício, impactando positivamente a rentabilidade dos investimentos financeiros da Entidade, majoritariamente indexados ao CDI. Nesse contexto, as aplicações registraram retorno médio equivalente a 100,1% desse indicador.
- (c) A correção dos precatórios a receber, no exercício de 2025, referem-se à atualização pela SELIC dos precatórios a receber relativo à imunidade das contribuições para a seguridade social relativa ao INSS e PIS conforme descrito na nota explicativa 5.2 (e). Já os valores reconhecidos em 2024, quando do trânsito em julgado, carregam as correções retroativas desde o período de maio/2013 a fevereiro/2020.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

5.11 Receitas de Serviços

Composição	2025	2024
Serviços Educacionais - <i>Educação Profissionalizante:</i>	277.145.838,79	263.866.950,29
. <i>Cursos de Aprendizagem Industrial,</i>	5.143.029,85	5.519.724,23
. <i>Técnico,</i>	6.119.984,25	2.811.681,81
. <i>Superior,</i>	26.403.331,90	21.362.541,06
. <i>Pós-Graduação,</i>	5.624.309,14	6.376.483,78
. <i>Formação Inicial e continuada</i>	221.560.066,66	216.881.278,21
. <i>Outros serviços educacionais (consultoria, certificação)</i>	12.295.116,99	10.915.241,09
Serviços Técnico-Tecnológicos: <i>Consultoria e Assessoria Técnica e Tecnológica,</i> <i>Informação Tecnológica, Pesquisa, Desenvolvimento e</i> <i>Inovação Tecnológica</i>	144.982.694,22	111.484.747,76
Serviços Administrativos e Comerciais	14.025,55	17.936,92
Total	422.142.558,56	375.369.634,97

As receitas de serviços também apresentaram acréscimo importante, principalmente em Serviços Técnico-Tecnológicos oriundos de projetos como: TI4E Potencialize, Embrapii, Rota 2030, Seleção Pública MCTI/FINEP/FNDCT, Fundação Globalgiving, Shell PD&I e Infraestrutura, Programas Hackers do Bem, Smart Factory, Procel Siismart, entre outros.

5.12 Outras Receitas Correntes

Composição	2025	2024
Recuperação de Despesas:	5.427.650,93	742.899.756,24
- <i>Precatórios a Receber (valor nominal), ver item 5.5 (b)</i>		737.832.422,62
- <i>Recuperação de Despesas (Worldskills, IPTU 1.14, reembolso da reforma do Almoxarifado etc.)</i>	2.435.836,95	2.093.756,80
- <i>Reembolsos Departamento Nacional</i>	1.295.620,41	1.378.757,86
- <i>Alienação materiais ferrosos inservíveis (R\$ 1.602.978,54), Material Didático (R\$ 82.371,87), Uniformes/OPEs (R\$ 10.843,16)</i>	1.696.193,57	1.594.818,96
Multa/Juros de Mora: <i>recebidos de clientes/contribuintes)</i>	4.578.668,98	4.379.828,61
Descontos Obtidos: <i>de fornecedores</i>	59.534,67	62.091,36
Indenizações e Restituições: <i>Multas contratuais, sinistros de seguro e outros.</i>	3.518.014,73	5.141.350,37
Total	13.583.869,31	752.483.026,58

Os Precatórios a receber registrados em Outras receitas correntes em 2024, referem se ao valor nominal das contribuições previdenciárias relativas ao INSS, PIS e SAT conforme item 5.2 (e).

5.13 Receitas de Capital

Composição	2025	2024
Alienação de Bens Móveis (<i>Leilões de bens inservíveis</i>)	4.544.265,77	2.650.936,19
Total	4.544.265,77	2.650.936,19

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

As receitas de alienação de bens móveis referem-se aos itens inservíveis para o SENAI-SP, mas que ainda estejam em condição de uso, que são baixados com aprovação do Diretor Regional e levados à leilão público.

Despesas

Conforme disposto na Lei nº 4.320/64, as despesas orçamentárias são contabilizadas, com base no regime de competência e totalizaram **R\$ 2.377.983.048,19** no exercício de 2025.

5.14 Despesas Correntes

Composição	2025	2024
Pessoal e Encargos Sociais (a)		
. Ordenados e Salários	789.607.882,91	723.658.848,36
. Encargos Trabalhistas	274.417.490,86	251.498.802,16
. Encargos Assistenciais	247.943.921,66	235.707.422,79
. Mão de Obra Temporária	20.954.800,38	11.025.963,57
. Bolsas e Estágios (<i>Treinamento e aperfeiçoamento</i>)	6.729.201,90	7.857.288,00
Subtotal	1.339.653.297,71	1.229.748.324,88
Outras Despesas Correntes		
Ocupação e Utilidades (b) (<i>Energia Elétrica, Água, Condomínio, Telefonia, Locação de Imóveis, Gás etc.</i>)	45.513.498,63	47.268.640,79
Material de Consumo (c)	124.091.997,28	107.435.387,31
Transportes e Viagens, Pedágios e Estacionamento	34.011.125,72	34.209.013,30
Material de Distribuição Gratuita	284.723,45	166.275,78
Serviços de Terceiros (d) (<i>Limpeza, Manutenção de Bens Móveis e Imóveis, Vigilância, Serviços Gráficos, de Informática etc.</i>)	304.655.218,86	253.285.191,72
Arrendamento Mercantil	4.193.330,40	4.009.953,42
Despesas Financeiras	3.126.874,17	3.173.913,99
Taxas e Contribuições	2.141.816,30	1.078.298,79
Despesas Judiciais	36.379.422,92	23.324.492,24
Despesas com Arrecadação Indireta <i>3,5% cobrado pelo INSS da Contribuição Indireta</i>	31.126.039,87	28.749.405,46
Despesas - Provisão Créditos Liquidação Duvidosa	21.686.221,39	18.375.010,02

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Composição	2025	2024
Contribuições Regimentais – Repasse à FIESP relativo a 1% da Receita de Contribuição, Serviços, financeira e Patrimonial	23.537.846,49	21.089.320,31
Convênios e Aux. a Terceiros (<i>Escola Vida Trabalho</i>)	81.768,00	99.680,00
Subtotal	630.829.883,48	542.264.583,13
Total	1.970.483.181,19	1.772.012.908,01

- (a) As Despesas de Pessoal e Encargos tiveram variação de 8,94% devido ao reajuste salarial de 5,1% e aumento do quadro de 237 funcionários, bem como provisão constituída para contingenciamento do déficit apresentado no Plano de Previdência Privado no valor de R\$ 19.822.694,83 conforme detalhado no item 6 destas Notas explicativas.
- (b) Na alínea de Ocupações e utilidades tivemos uma expressiva economia de eletricidade em relação ao ano anterior, impulsionada por medidas de eficiência energética — desde a troca de lâmpadas até a adoção de energia solar e eólica — com destaque para a migração estratégica para a o mercado livre de energia.
- (c) Material de Consumo cresceu principalmente em material didático e manutenção de bens móveis e imóveis, inerentes à operação e em linha com o aumento das atividades nas unidades escolares.
- (d) Em Serviços de Terceiros tivemos impactos devido ao acréscimo qualitativo dos serviços terceirizados como limpeza e vigilância, bem como de serviços de informática, técnicos especializados e manutenção de servidores e de bens imóveis.

5.15 Despesas de Capital

Composição	2025	2024
Investimentos		
Construções em Andamento (a)	124.488.426,76	101.331.884,84
Mobiliário em Geral	17.247.794,62	5.691.575,29
Veículos	6.185.873,44	12.429.956,77
Máquinas e Equipamentos em Geral (b)	184.539.398,47	96.943.077,74
Ferramentas e Instrumentos de Oficina/Laboratórios	11.106.391,57	4.562.251,75
Equipamentos de Informática	63.483.081,42	69.336.107,19
Equipamentos de Comunicação	29.281,99	2.004.864,55
Outros Bens Móveis	237.599,58	257.194,64
Subtotal	407.317.847,85	292.556.912,77
Inversões Financeiras		
Constituição de Fundo de Reserva Financeira - Resolução 524/2012, do Conselho Nacional SENAI	182.019,15	145.704,09
Total	407.499.867,00	292.702.616,86

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

- (a) Os investimentos de 2025 em Construções em Andamento, foi maior que 2024 devido as obras em execução, principalmente das unidades de Santos, Matão e Distrito Tecnológico em São Bernardo do Campo.
- (b) Os investimentos em máquinas e equipamentos em geral, tiveram aumento significativo em relação as novas unidades de Matão e expansão do Distrito Tecnológico em São Bernardo do Campo.

Concomitantemente, ao lançamento da despesa de capital, é realizado o lançamento na conta do Ativo Imobilizado, em contrapartida às “Mutações Patrimoniais Ativas”, não existindo influência no resultado patrimonial.

Resultado Patrimonial

No exercício de 2025, o Resultado Patrimonial foi “Superavitário” em **R\$ 867.331.376,63** sendo **R\$ 184.024.135,43** apurados no Superávit Orçamentário do exercício e **R\$ 683.307.241,20** Independentes da Execução Orçamentária, representados pelas variações patrimoniais e financeiras, ativas e passivas.

5.16 Ativo e Passivo Compensados

Contas de Compensação	2025	2024
Seguros <i>Importância segurada pelas apólices de seguros</i>	4.876.779.412,34	3.604.180.412,12
Obras e Serviços <i>Saldos dos contratos de obras (R\$ 119.263.252,62) e serviços de terceiros (R\$ 93.673.759,99)</i>	212.937.012,61	323.813.031,24
Garantias Diversas <i>Bens penhorados, Cartas Fiança e Seguro Garantia</i>	39.853.132,15	44.825.231,39
Comodato de Bens <i>Bens cedidos e recebidos em regime de comodato (a)</i>	444.767.739,03	466.651.708,36
Outras Compensações Ativas <i>. Processos Trabalhistas e cíveis (b)</i> <i>. Pedidos emitidos aos fornecedores, relativos ao Investimento em equipamentos, aguardando o recebimento físico (c)</i>	342.421.991,77 217.155.971,84 125.266.019,93	358.574.337,37 247.426.420,18 111.147.917,19
Total	5.916.759.287,90	4.798.044.723,48

O sistema de Compensação é um sistema à parte do patrimonial, que abrange contas que servem exclusivamente para controle interno, sem fazer parte do resultado, somente com a finalidade de registrar atos que “possam vir a afetar” o patrimônio e serve como fonte de dados para maior transparência. Tem contrapartida de idêntico valor nas compensações ativas e passivas, sendo estornadas à medida que cessam os atos que as originaram.

- (a) O SENAI detinha em 2025, sob regime de comodato, bens móveis no valor de R\$ 81.192.571,72, e 22.492 licenças de uso de diversos softwares educacionais, no valor de R\$ 363.051.608,13.
- (b) Destaque às Outras Compensações Ativas contam com 4.300 processos judiciais, sendo R\$ 122.769.352,75 da esfera trabalhista e R\$ 58.641.893,14 entre cíveis e tributários, classificados

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

como prováveis (já provisionados conforme itens 5.7) e contingências possíveis R\$ 35.744.725,95 (demonstradas abaixo), que totalizam R\$ 217.155.971,84, registrados para divulgação e controle.

Contingências Possíveis	2025	2024
Cível	32.346.834,21	4.469.078,43
Trabalhista	3.397.891,74	65.098.623,41
Total	35.744.725,95	69.567.701,84

- (c) Temos ainda, R\$ 125.266.019,93 de pedidos de compras de equipamentos que tiveram suas despesas empenhadas em 2025 e pendentes de entrega no primeiro semestre de 2026, quando passarão a integrar a conta passiva de Fornecedores.

6 Plano de Benefícios de Entidade Fechada de Previdência Complementar

O SENAI-SP é patrocinador de dois Planos de Benefícios de Entidade Fechada de Previdência Complementar, denominado "Indusprev" e "Indusprev Flex", ambos administrados pelo MultiBRA Fundo de Pensão.

O plano Indusprev está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, e o plano Indusprev Flex na modalidade de Contribuição Definida, cujas estruturas são baseadas na legislação vigente do arcabouço regulatório da previdência complementar.

Plano Indusprev Flex

O Plano Indusprev Flex foi aprovado pela Previc e iniciou suas atividades em julho/2022, sendo que as novas adesões são para o Flex, tendo em vista que o Plano Indusprev está fechado para novas inscrições.

O custeio do plano previsto no regulamento é efetuado através de aportes mensais de contribuições de participantes e da patrocinadora, de forma paritária, em conformidade com o regulamento do plano, cujos valores são registrados em Parecer Atuarial e no Demonstrativo Atuarial - DA, cujo documento é submetido à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, no limite do prazo legal de 31 de março. O plano de custeio para o próximo ano compreende a definição dos aportes das contribuições normais de participantes e patrocinadora.

O Plano Indusprev Flex, por estar estruturado na modalidade de contribuição definida, não apresenta riscos atuariais, sendo as provisões matemáticas limitadas aos valores dos saldos de conta posicionados na data do encerramento das demonstrações contábeis do MultiBRA e, que por este motivo, não fazem parte dos resultados apresentados no balanço do SENAI-SP.

Plano Indusprev SENAI-SP

Para a parcela dos benefícios com características de contribuição definida, a obrigação é limitada aos saldos de conta em nome de cada participante, pelo sistema de cotas, e são reconhecidos nos resultados das provisões matemáticas nas demonstrações contábeis do MultiBRA e que por este motivo não fazem parte dos resultados apresentados no balanço do SENAI-SP.

Considerando o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais e mediante acordo firmado, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou as normas de contabilização NBC TSP nº 15 para serem aplicadas ao setor público e seus agentes.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em conformidade com os princípios contábeis e a transparência nas demonstrações financeiras do SENAI-SP, para o reconhecimento das obrigações atuariais dos benefícios definidos do Plano Indusprev SENAI-SP e dos Planos de Assistência médica (administrados pela Mediservice e Unimed), foi considerada a norma de contabilização nacional relacionada aos compromissos atuariais dos planos de benefícios pós-emprego, de acordo com a metodologia estabelecida pela NBC TSP nº 15.

Considerando que o SENAI-SP está aplicando a norma NBC TSP nº 15 pela primeira vez no encerramento das demonstrações contábeis de 2025, foi necessário apurar o passivo atuarial referente ao ano de 2024 para a abertura das obrigações atuariais no início da aplicação da norma, bem como o cálculo das despesas líquidas relacionadas a esses benefícios que foram reconhecidos no resultado do exercício de 2025.

O passivo líquido inicial, calculado considerando a base de dados, premissas e valor justo dos ativos em 31/12/2024 resultou no valor de R\$ 33.937.303,00 e em 31/12/2025 no montante de R\$ 29.499.884,00, conforme demonstrado no quadro do Funded Status (nível de cobertura) abaixo:

Nível de Cobertura	31/12/2025 Em R\$
Obrigação de benefício definido	1.266.246.530,00
Valor justo dos ativos	(1.041.070.519,00)
Risco Compartilhado participantes e assistidos	(112.588.005,00)
Passivo / (Ativo) líquido	112.588.005,00

De acordo com a determinação do TCU através do Acórdão 786/2021, o custeio do plano Indusprev SENAI-SP deve observar o princípio da paridade contributiva, ou seja, o resultado deficitário do plano, se houver, deverá ser coberto de forma paritária entre a patrocinadora, participantes e assistidos.

Tendo em vista que o resultado foi de passivo líquido, o efeito da restrição sobre a obrigação atuarial, relativo à paridade contributiva, que corresponde a cinquenta por cento do resultado apurado como obrigação do SENAI-SP, a restrição foi aplicada sobre a obrigação atuarial no *Risk Sharing* para refletir a paridade contributiva entre o SENAI-SP, participantes e assistidos.

Planos de Assistência Médica

O SENAI-SP disponibiliza aos funcionários dois planos de assistência médica das operadoras Mediservice e Unimed, ambos na modalidade de pós pagamento.

A luz dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656 de 3 de junho de 1998, os funcionários que contribuem para os planos médicos possuem a opção de permanecerem no plano após a rescisão do contrato de trabalho, sem justa causa, nas mesmas condições de cobertura que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, de forma vitalícia, assumindo o custeio integral das mensalidades do plano.

O reconhecimento contábil da obrigação atuarial representa o custeio indireto do SENAI-SP aos planos, visto que os ex-funcionários contribuem com o custo médio per capita da apólice.

Os planos de assistência médica não apresentaram passivo atuarial, tendo em vista que o valor presente das mensalidades pagas pelos ex-funcionários é maior ao valor presente dos custos médicos.

Os cálculos atuariais do Plano Indusprev SENAI-SP e dos Planos de Assistência Médica foram elaborados pela Consultoria Mercer, onde todo o detalhamento da base de dados, hipóteses atuariais, metodologia e quadros com as divulgações dos resultados em 31/12/2025 estão disponíveis em relatório detalhado, disponível no SENAI-SP.

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO**

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

7 Riscos

O desempenho para o alcance dos objetivos do SENAI-SP, envolve riscos decorrentes de suas atividades de realidades emergentes, de mudanças nas circunstâncias e nas demandas dinâmicas da própria sociedade, bem como, da necessidade de transparência, equidade, integridade, prestação de contas e sustentabilidade de modo a cumprir variados requisitos legais e regulatórios prezando pela manutenção da governança corporativa.

Dessa forma, o SENAI-SP gerencia seus riscos identificando, analisando e, em seguida, avaliando se eles devem ser modificados por algum tratamento, de maneira a propiciar segurança para que os objetivos sejam alcançados. Essas atividades são descritas e seguidas de acordo com um plano de gerenciamento de riscos corporativos, que toma como base conceitual a metodologia proposta pela ABNT NBR ISO 31.000/2018.

Vale ressaltar, que o plano de gerenciamento de riscos corporativos do SENAI-SP, está avaliado e aprovado pela alta administração, através de um comitê de compliance, constituído, dentre outros, por membros do conselho administrativo do SENAI-SP.

O programa de gerenciamento de riscos no SENAI-SP é um dos pilares centrais do programa de Integridade e Compliance da entidade, sua atuação visa promover ações para elevar a maturidade dos gestores no tema gerenciamento de riscos, padronizando a metodologia para essa finalidade. O programa objetiva implantar cultura voltada para controle de riscos, de tal maneira que cada colaborador entenda a importância e relevância da execução de suas atividades de forma eficiente e adequada.

A administração, através de área específica para essa finalidade, monitora os riscos de forma contínua, através de planos, políticas e controles internos, realizando avaliações periódicas, acompanhamento de indicadores e, quando pertinente, adoção de medidas de mitigação.

8 Gratuidade Regimental

Em atendimento aos artigos 10º e 68º do Regimento do SENAI, o Departamento Regional de São Paulo destinou, em 2025, para vagas gratuitas em cursos e programas de educação profissional, o valor de R\$ 1.460.152.864,13, que corresponde a 93,91% da receita líquida de contribuição.



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025****Demonstrativo do Cumprimento da Aplicação da Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC) em Gratuidade Regimental**

RECEITAS	Jan-Dez/2025
Receita Bruta de Contribuição Compulsória (RBCC)	R\$ 1.680.858.827,76
Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC) ¹	R\$ 1.554.794.415,68
Compromisso de Aplicação da RLCC em Gratuidade Regimental ²	R\$ 1.036.425.957,49
DESPESAS	
<i>Total em Educação</i>	R\$ 1.840.499.521,12
<i>em Gratuidade</i>	R\$ 1.460.152.864,13
Percentual da RLCC aplicado em Gratuidade Regimental³	93,91%
HORA-ALUNO⁴	
Hora-aluno Total	75.437.131
Hora-aluno em Gratuidade Regimental	55.621.546
Resultado do Cumprimento de Aplicação da RLCC em Gratuidade Regimental⁵	R\$ 423.726.906,64

Fonte: SENAI-SP (Gerência de Planejamento e Controladoria)

Observações:

- Receita Líquida de Contribuição Compulsória:** Corresponde a 92,5% da Receita Bruta de Contribuição Compulsória Geral, em conformidade com o Art. 68, §1º do Regimento do SENAI, atualizado pelo Decreto Lei nº 6.635, de 5 de novembro de 2008.
- Compromisso de Aplicação de Recursos em Gratuidade:** Corresponde à 66,66% da Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC).
- Percentual da RLCC aplicado em Gratuidade Regimental:** Corresponde ao percentual da receita líquida de contribuição compulsória aplicada em gratuidade regimental.
- Hora-Aluno:** Considera a soma das horas destinadas ao desenvolvimento dos alunos matriculados em cursos de educação profissional e tecnológica, dentro de um determinado período.
- Resultado do Cumprimento de Aplicação da RLCC em Gratuidade Regimental:** Corresponde ao saldo (positivo ou negativo), da aplicação de recursos da receita líquida de contribuição compulsória destinada para a gratuidade, em relação à meta regimental.

9 Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 ("Reforma Tributária"), que altera substancialmente o sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, substituindo tributos federais (PIS, COFINS, IPI) e subnacionais (ICMS, ISS) por um IVA Dual (CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços e IBS - Imposto sobre Bens e Serviços), além da criação de um Imposto Seletivo (IS).

A implementação ocorrerá de forma gradual, com início das alíquotas de teste em 2026 e substituição integral a partir de 2033.

A Administração da Entidade, com apoio de assessoria especializada, vem avaliando constantemente os impactos decorrentes da reforma em suas atividades e, com base no atual estágio de implementação da reforma, entende que não haverá impactos relevantes sobre suas atividades operacionais e/ou financeiras.

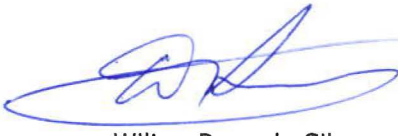
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Adicionalmente, a Entidade vem proporcionando aos seus colaboradores e administradores, cursos de capacitação profissional visando a plena implementação dos requisitos exigidos pela reforma, bem como adaptando seus sistemas para as exigências fiscais e operacionais requeridas.



Ricardo Figueiredo Terra
Diretor Regional
CPF nº 025.XXX.XXX-XX



Wilton Ruas da Silva
Diretor Corporativo
CPF nº 038.XXX.XXX-XX



Erika da Graça Paiva Braga
Gerente de Contabilidade
Contador CRC nº 1SP313420/O-4
CPF nº 090.311.418-60